

TERMO DE REFERÊNCIA

Artigos 6º, inciso XXIII, 18, 40, § 1º, inciso I, 82 a 86 e demais disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de combustíveis automotivos, compreendendo gasolina comum, etanol hidratado, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto caracteriza-se como fornecimento de bem comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.3. A contratação será processada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos artigos 28, inciso I, 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Administração, em conformidade com o artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A necessidade decorre do encerramento da vigência do contrato atualmente em execução, oriundo de procedimento licitatório realizado no exercício de 2024, posteriormente prorrogado para o exercício de 2025, com término previsto para julho de 2026.

2.3. Considerando a impossibilidade legal de nova prorrogação, faz-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório, visando assegurar a continuidade do abastecimento da frota municipal.

2.4. O fornecimento regular de combustíveis é indispensável para a manutenção dos serviços públicos essenciais prestados pelo Município, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura urbana e rural, transporte escolar, manutenção de vias públicas, coleta de resíduos e atividades administrativas.

2.5. A eventual interrupção do fornecimento poderá comprometer a execução das atividades institucionais, em afronta aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado e contínuo de combustíveis automotivos, mediante abastecimento sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração.

3.2. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, em razão da necessidade de aquisições frequentes e parceladas.

4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E UNIDADES DE MEDIDA

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO
01	76.000	Litros	Etanol
02	62.000	Litros	Gasolina Comum
03	94.000	Litros	Óleo Diesel S-500
04	153.000	Litros	Óleo Diesel S-10

4.1. Os combustíveis deverão atender integralmente às especificações, padrões de qualidade e requisitos técnicos estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e demais normas aplicáveis.

4.2. Os quantitativos estimados não geram obrigação de contratação integral pela Administração, constituindo mera expectativa de consumo durante a vigência da ata de registro de preços.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratada deverá:

I – possuir autorização de funcionamento expedida pela ANP;

II – manter regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e junto ao FGTS;

III – possuir licenciamento ambiental válido, quando exigido pela legislação;

IV – dispor de estrutura operacional compatível com a demanda;

V – garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto dos combustíveis;

VI – observar as normas técnicas e ambientais aplicáveis ao armazenamento e comercialização de combustíveis.

5.2. Os combustíveis fornecidos deverão estar em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pela ANP.

5.3. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, laudos técnicos, certificados de qualidade ou realizar testes para verificação da conformidade dos produtos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, contínua e sob demanda, mediante emissão de autorização de abastecimento ou instrumento equivalente.

6.2. O abastecimento será realizado diretamente nos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

6.3. Cada abastecimento deverá ser registrado contendo, no mínimo:

I – identificação do veículo ou equipamento;

II – placa ou patrimônio;

III – quantidade abastecida;

IV – tipo de combustível;

V – data e horário do abastecimento;

VI – quilometragem ou horímetro;

VII – identificação do servidor responsável.

6.4. A contratada deverá emitir comprovante individualizado de abastecimento e nota fiscal correspondente.

7. LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. O abastecimento deverá ocorrer em estabelecimento localizado em raio compatível com a operação da frota municipal, de forma a não comprometer a economicidade e a eficiência administrativa.

7.2. O posto de abastecimento deverá funcionar em horário compatível com as necessidades da Administração, inclusive aos finais de semana e feriados, quando necessário.

7.3. Em situações emergenciais, a contratada deverá assegurar atendimento prioritário aos veículos utilizados em serviços essenciais.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e a fiscalização da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes observarão o disposto nos artigos 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Será designado gestor e fiscal do contrato por meio de ato formal da autoridade competente.

8.3. Compete ao fiscal:

I – acompanhar a execução contratual;

II – verificar a conformidade dos abastecimentos;

- III – registrar ocorrências;
- IV – solicitar correções e providências necessárias;
- V – atestar as notas fiscais para fins de pagamento.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será realizado conforme os abastecimentos efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização.
- 9.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da nota fiscal, observada a ordem cronológica de exigibilidade.
- 9.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista.
- 9.4. Constatada qualquer irregularidade, o prazo para pagamento será suspenso até a sua regularização.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 10.1. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2. A disputa ocorrerá por item, permitindo a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. A seleção do fornecedor ocorrerá mediante Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços.
- 11.2. Poderão participar do certame empresas legalmente constituídas e autorizadas a comercializar combustíveis automotivos.
- 11.3. Para fins de habilitação, serão exigidos os documentos previstos nos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.4. Será exigida, ainda, a apresentação de:
 - I – autorização de funcionamento expedida pela ANP;
 - II – licença ambiental válida, quando aplicável;
 - III – alvará de funcionamento;
 - IV – declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação será definido mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. A pesquisa observará, sempre que possível, os seguintes parâmetros:

I – Painel de Preços;

II – Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

III – contratações similares;

IV – bases especializadas;

V – cotações junto ao mercado.

12.3. O orçamento estimado integrará os autos do processo administrativo.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Nos termos do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, a indicação da dotação orçamentária será exigida por ocasião da formalização dos contratos ou emissão das notas de empenho decorrentes da ata de registro de preços.

14. VIGÊNCIA

14.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. Os contratos decorrentes da ata observarão os prazos estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação vigente.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Constituem obrigações da contratada:

I – fornecer os combustíveis nas quantidades e condições estabelecidas;

II – garantir a qualidade dos produtos;

III – substituir imediatamente produtos considerados impróprios;

IV – cumprir a legislação ambiental, trabalhista, fiscal e previdenciária;

V – manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;

VI – responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Constituem obrigações da contratante:

- I – emitir as autorizações de abastecimento;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- III – efetuar os pagamentos devidos;
- IV – comunicar formalmente quaisquer irregularidades verificadas.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou contratado que cometer as infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às sanções previstas no artigo 156 do mesmo diploma legal, observados o contraditório e a ampla defesa.

17.2. Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18. SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

18.1. A contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental aplicável ao armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis.

18.2. Deverão ser adotadas medidas preventivas para evitar vazamentos, contaminações e demais impactos ambientais.

18.3. A contratada deverá possuir as licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

18.4. A Administração promoverá o controle e monitoramento do consumo de combustíveis, visando à utilização racional dos recursos e à redução das emissões atmosféricas.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, nos regulamentos municipais aplicáveis e nos princípios gerais do Direito Administrativo.

19.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins:

I – o Estudo Técnico Preliminar;

II – os demais documentos constantes do processo administrativo.